

### Combate à discriminação das Comunidades Ciganas

#### A experiência do Projeto Net-Kard

O *Projeto Net-Kard: Cooperação e Trabalho em Rede entre Atores Chave no Combate à Discriminação das Comunidades Ciganas* é um projeto transnacional promovido pela Fundación Secretariado Gitano, em parceria com a EAPN Portugal, o Alto Comissariado para as Migrações; o Centrul de Resourse Juridice (Roménia), a Fundatia Secretariatul Romilor (Roménia), o Ufficio Nazionale Antidiscriminazioni Razziali (Itália) e o Instituto Internazionale Scienze Mediche Antropologiche e Sociali (Itália). O projeto foi financiado pelo *Programa Direitos Fundamentais e Cidadania da União Europeia* e teve como principal objetivo prevenir o fenómeno da discriminação das comunidades ciganas e reforçar o apoio às vítimas, promovendo a cooperação e o trabalho em rede entre os atores chave envolvidos na defesa do direito à igualdade, através da melhoria de práticas e metodologias já existentes nos diferentes países que participam no projeto.

Ao longo de dois anos o Projeto Net-Kard conseguiu reunir através das suas atividades diferentes entidades, públicas e privadas – que trabalham no combate à discriminação das comunidades ciganas, membros da comunidade cigana, mediadores e dinamizadores. Do trabalho realizado resultaram 4 Guias Práticos para prevenir a Discriminação das Comunidades Ciganas dirigidos a ONGs, Profissionais do Direito; Meios de Comunicação Social e Forças Policiais. Estes Guias são instrumentos de sensibilização destes profissionais, de disponibilização de recursos e metodologias de promoção do trabalho em rede com vista a uma intervenção mais eficaz no combate à discriminação destas comunidades.

Os conteúdos de cada Guia foram adaptados ao grupo alvo a que se dirige e às necessidades do mesmo. No entanto, existem alguns elementos em comum, nomeadamente:

- Contextualização da situação das comunidades ciganas e do papel que cada ator chave identificado tem no combate à discriminação das comunidades ciganas.
- Obstáculos e Desafios.

- Boas práticas.
- Recomendações de ação.

No que diz respeito aos obstáculos e desafios destacamos como aspetos transversais aos 4 documentos a prevalência ainda na nossa sociedade de estereótipos relativamente às comunidades ciganas; o desconhecimento generalizado da realidade vivenciada por estas comunidades; as barreiras em termos de comunicação que ainda existem entre os serviços e as comunidades; as lacunas na implementação da legislação nacional e europeia anti discriminação e o desconhecimento da mesma; a vulnerabilidade (nomeadamente, a pobreza e a exclusão social) destas comunidades e a pouca capacidade de reivindicação e defesa dos seus direitos; a desconfiança (e o descrédito) relativamente às entidades e serviços; e, por fim, a falta de trabalho em rede e de coordenação entre as diferentes entidades que desenvolvem ações com as comunidades ciganas.

Relativamente às recomendações de ação salientamos a necessidade de se ativar a participação das comunidades ciganas aos mais diversos níveis, nomeadamente, definição e implementação de políticas, definição e monitorização de atividades. Destaca-se também a formação dos profissionais de modo a potenciar um maior conhecimento sobre estas comunidades e sobre os problemas que enfrentam. O trabalho em rede surge também como uma recomendação transversal a todos os Guias, assim como a necessidade de se desenvolverem campanhas informativas e de sensibilização da sociedade para a importância de se combater a discriminação destes grupos. Salientou-se ainda a necessidade de se conhecer bem a dimensão territorial e social das comunidades ciganas, através da elaboração de diagnósticos e, do ponto de vista de decisão é fundamental promover a elaboração de políticas integradas que visem também a participação ativa destas comunidades.

Os Guias podem ser utilizados de modo individualizado ou em conjunto, sendo que é importante que os diferentes profissionais conheçam, não só, as dificuldades com que lidam uns e outros, mas também as suas potencialidades de modo a que sejam criadas condições para a promoção de um eficaz trabalho em rede.

## Guia Prático dirigido a ONGs para prevenir a discriminação das Comunidades Ciganas

Atores por excelência no trabalho com as comunidades ciganas, as ONGs são também parceiros fundamentais com outras entidades, públicas e privadas, que direta ou indiretamente intervêm nestas temáticas.

Um guia dirigido especificamente para este sector é fundamental uma vez que as entidades que aqui trabalham lidam ainda com um conjunto de obstáculos que dificultam o seu trabalho de combate à discriminação das comunidades ciganas.

No conjunto de obstáculos identificados no Guia destacamos os estereótipos associados a estas comunidades que funcionam como barreiras à sua inclusão, as dificuldades financeiras e a intervenção ainda muito sustentada em projetos que não permanecem no tempo após a conclusão do seu financiamento e o pouco conhecimento que ainda existe relativamente às

estruturas nas quais é possível apresentar queixas sobre situações de discriminação. À semelhança dos outros Guias Práticos, este instrumento deve ser usado também em complemento com outras metodologias já existentes e mesmo com os restantes guias. O trabalho em rede, a produção de conhecimento, a criação de espaços de participação, a formação e assistência técnica são alguns dos procedimentos que são explorados no documento como importantes estratégias para prevenir e combater a discriminação destas comunidades.

No que diz respeito às boas práticas identificadas podemos encontrar experiências desenvolvidas também em outros países. Embora as práticas dos países em matéria de intervenção com as comunidades ciganas sejam diferentes, é sempre importante conhecer outras metodologias que podem ser replicadas ou até trazidas para discussão para a realidade nacional. Na verdade o Guia apresenta diferentes temáticas que podem ser aprofundadas e trabalhadas ao nível local, em pequenas ações – como a formação, workshops formativos – etc com o objetivo de melhorar a intervenção com estas comunidades.

Pode fazer o download deste Guia no seguinte link:

[http://www.eapn.pt/publicacoes\\_visualizar.php?ID=187#sthash.9rPLhZVX.dpuf](http://www.eapn.pt/publicacoes_visualizar.php?ID=187#sthash.9rPLhZVX.dpuf)



## Guia Prático dirigido às Forças Policiais para prevenir a discriminação das Comunidades Ciganas

As Forças Policiais são atores chave no combate à discriminação das comunidades ciganas. O envolvimento desta entidade nas questões sociais tem sido cada vez mais permanente e valorizado não só pelo papel que assumem na prevenção de situações de conflito, mas também pelo papel de mediação que é fundamental num processo de inclusão social.

No caso específico das comunidades ciganas as forças policiais podem assumir uma função crucial no que diz respeito à denúncia e encaminhamento das situações de discriminação, mas para isso deve ser promovida uma relação de confiança que durante muito tempo foi dificultada “devido a um longo período de abusos e discriminação praticados por parte de várias autoridades estatais”. Este Guia apresenta-nos esta contextualização que nos permite perceber, por um lado, como estas comunidades são alvo não só de situações de discriminação, mas também de crimes de ódio e, por outro lado, como ainda se verifica uma desconfiança por parte destas comunidades, relativamente ao papel que as forças policiais podem ter na resolução destas situações. Esta desconfiança acaba, depois, por funcionar como uma barreira à intervenção das forças policiais junto destas comunidades.

A este nível é abordado o conceito de *perfil étnico*, ou seja, o *recurso à etnia, raça, origem nacional ou religião, como um critério de decisão no âmbito da aplicação da lei sobre pessoas que se acredita estarem envolvidas em atividades criminosas*. O facto de muitas vezes a ação policial ter por base a utilização do perfil étnico, contribui para reforçar as situações de discriminação, aumentar o fosso entre estes dois grupos e reduz o número de denúncias que são reportadas à polícia, por se acreditar que não vale a pena.

O Guia explora um conjunto de recomendações para ultrapassar estes obstáculos, das quais destacamos, por exemplo, políticas de sensibilização sobre a situação das comunidades ciganas junto das instituições que aplicam a lei e o estabelecimento e consolidação de parcerias a longo prazo entre a polícia e as comunidades ciganas e através da partilha de exemplos bem-sucedidos.



Pode fazer o download deste Guia no seguinte link:  
[http://www.eapn.pt/publicacoes\\_visualizar.php?ID=190](http://www.eapn.pt/publicacoes_visualizar.php?ID=190)

## Guia Prático dirigido aos órgãos de Comunicação Social para prevenir a discriminação das Comunidades Ciganas

Uma forma de promover uma imagem positiva das comunidades ciganas e prevenir o aparecimento de situações de discriminação passa pelos órgãos de comunicação social. No entanto, por vezes acontece o contrário, ou seja, estes órgãos reforçam alguns dos estereótipos presentes na sociedade global e esta “má” representação de uma comunidade já bastante discriminada, tem um efeito negativo em outros sectores da sociedade.

Os órgãos de comunicação social constituem o terceiro grupo de atores-chave identificados no âmbito do projeto Net-Kard como determinantes no combate à discriminação das comunidades ciganas.

Também aqui a referência ao perfil étnico e o pouco conhecimento sobre a realidade vivida pelas comunidades ciganas apresentam-se como obstáculos determinantes para o bom funcionamento dos órgãos de comunicação social enquanto agentes de informação por excelência capazes de promover e disseminar uma imagem mais construtiva desta população.

Como estratégias para ultrapassar estes obstáculos, o Guia destaca, por exemplo, a necessidade de evitar o uso de palavras estigmatizantes, um maior conhecimento da legislação existente sobre estas matérias, dar voz às comunidades ciganas, participar em ações de formação como forma de aumentar o conhecimento sobre estes assunto e o trabalho em rede. Na verdade, tal como foi referido anteriormente, o trabalho em rede deve estar presente no trabalho desenvolvido por todos os grupos identificados no projeto Net-Kard. Embora os guias possam ser utilizados individualmente, é fundamental ter uma perceção também dos obstáculos que os outros atores têm no trabalho que realizam e nas estratégias que podem ser desenvolvidas para promover o combate á discriminação das comunidades ciganas. O trabalho em rede é uma das estratégias transversais a todos os grupos.



Pode fazer o download deste Guia no seguinte link:  
[http://www.eapn.pt/publicacoes\\_visualizar.php?ID=188](http://www.eapn.pt/publicacoes_visualizar.php?ID=188)

## Defesa dos Direitos Humanos em nome das Comunidades Ciganas. Um Guia para profissionais do Direito

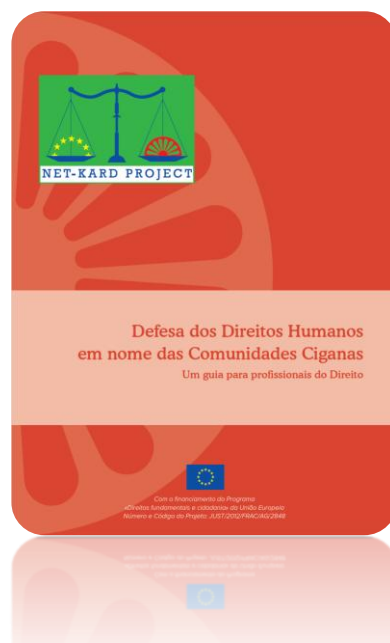
A *participação ativa dos juristas/advogados* é realçado no presente Guia como central para a defesa de todos os cidadãos, nomeadamente os mais vulneráveis, como as comunidades ciganas.

Este Guia tem uma estrutura diferente dos três apresentados anteriormente porque entendeu-se que se adaptava melhor aos profissionais em causa, no entanto, são igualmente salientados os principais obstáculos com que lidam no seu trabalho e estratégias de intervenção.

Ao nível dos obstáculos é salientado por exemplo, o desconhecimento e mesmo a falta de sensibilidade por parte dos profissionais do direito sobre a discriminação das comunidades ciganas, os preconceitos existentes, e mesmo o desconhecimento da própria legislação anti discriminação. No entanto, são apresentados também um conjunto de situações exemplificativas de como utilizar as ferramentas jurídicas disponíveis para garantir os direitos das comunidades ciganas. Daqui sai igualmente reforçada a necessidade do trabalho em rede com outros atores, como as ONGs, não só como importantes informantes relativamente ao contexto, mas também como apoiantes do ponto de vista legal.

O guia apresenta ainda a *legislação desenvolvida pela União Europeia e pelo Conselho da Europa* que são transversais a todos os Estados Membros, uma vez que impõem *normas mínimas* a estes *para a proteção contra a discriminação*.

Pode fazer o download deste Guia no seguinte link:  
[http://www.eapn.pt/publicacoes\\_visualizar.php?ID=189](http://www.eapn.pt/publicacoes_visualizar.php?ID=189)



## Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

Recentemente foi apresentado o novo site da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) que é presidida pelo Alto-comissário para as Migrações, que neste momento é o Dr. Pedro Calado.

A CICDR é o *órgão*, por excelência, *especializado no combate à discriminação racial*. Esta Comissão, criada pela Lei 134/99 de 28 de agosto, é independente e tem por objeto prevenir e proibir a discriminação racial sob todas as suas formas e sancionar a prática de atos que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais ou na recusa ou condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais ou culturais, por quaisquer pessoas, em razão da sua pertença a determinada origem, cor, nacionalidade ou etnia.

Entre as várias potencialidades e informações que podem ser encontradas no site, é importante salientar que é possível apresentar uma queixa/denúncia eletrónica de práticas de discriminação.

<http://www.cicdr.pt>

